



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Remando a Favor da Maré: Movimentos Sociais na Luta pela Justiça Ambiental na Maré, Rio de Janeiro

Julia Carneiro Rossi
NEPEM/PUC-Rio

Sessão Temática 08: Indicação do artigo a uma sessão temática (Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo)

Atualmente, com o avanço do neoliberalismo, se faz ainda mais necessário compreender as desigualdades que sustentam e produzem a lógica hierárquica e homogeneizadora do capitalismo contemporâneo. Utilizando o microcosmo da Maré como ambiente de estudo, busco aqui fazer uma breve discussão sobre a importância dos movimentos sociais na produção do espaço da Maré e como as escalas podem auxiliar na compreensão das novas configurações de mobilizações comunitárias no campo da justiça ambiental hoje em dia. Para isso utilizo três abordagens: a primeira discorre sobre a produção do espaço, o histórico de ocupação e os caminhos para metropolização; a segunda traz elementos da literatura sobre movimentos sociais e elementos da vivência dos movimentos da Maré, a terceira abordagem utiliza a justiça ambiental para aproximar esse entendimento sobre as transformações da Maré, a manutenção estrutural do racismo ambiental e possíveis ferramentas para o acesso aos direitos socioambientais.

Palavras-chave. Justiça Ambiental; Conjunto de Favelas da Maré; Movimentos Sociais.

Rowing in Favor of Maré: Social Movements in the Struggle for Environmental Justice in Maré, Rio de Janeiro

Abstract. *Currently, with the advance of neoliberalism, it is even more necessary to understand the inequalities that sustain and produce the hierarchical and homogenizing logic of contemporary capitalism. Using the microcosm of Maré as a study environment, I seek here to make a brief discussion about the importance of social movements in the production of space in Maré and how scales can help in understanding the new configurations of community mobilizations in the environmental justice field today. For this I use three approaches: the first discusses the production of space, the history of occupation and the paths to metropolization; the second brings elements from the literature on social movements and elements of the experience of the movements of Maré, the third approach uses environmental justice to approach this understanding about the transformations of Maré, the structural maintenance of environmental racism and possible tools for access to socio-environmental rights.*

Keywords: Environmental Justice; Maré Slum Complex; Social Movements

Remando a Favor da Maré: Los movimientos sociales en la lucha por la justicia medioambiental en Maré, Río de Janeiro

Resumen. *Actualmente, con el avance del neoliberalismo, es aún más necesario comprender las desigualdades que sostienen y producen la lógica jerárquica y homogeneizadora del capitalismo contemporáneo. Utilizando el microcosmos de Maré como ambiente de estudio, pretendo aquí hacer una breve discusión sobre la importancia de los movimientos sociales en la producción del espacio en Maré y cómo las escalas pueden ayudar en la comprensión de las nuevas configuraciones de las movilizaciones comunitarias en el ámbito de la justicia ambiental en la actualidad. Para ello utilizo tres enfoques: el primero discute la producción del espacio, la historia de la*

ocupación y los caminos hacia la metropolización; el segundo trae elementos de la literatura sobre movimientos sociales y elementos de la experiencia de los movimientos de Maré, el tercer enfoque utiliza la justicia ambiental para aproximarse a esta comprensión sobre las transformaciones de Maré, el mantenimiento estructural del racismo ambiental y las posibles herramientas para el acceso a los derechos socioambientales.

Palabras clave: Justicia ambiental; Complejo de favelas de Maré; Movimientos sociales

1.Introdução

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve discussão sobre a importância dos movimentos sociais na produção do espaço da Maré e como as escalas podem auxiliar na compreensão das novas configurações de mobilizações comunitárias no campo da justiça ambiental. Essa reflexão faz parte da minha pesquisa de doutorado que visa investigar a relação entre as injustiças ambientais produzidas pelas desigualdades socioespaciais e as soluções trazidas pelas mobilizações sociais, aproximando o olhar para o conjunto de favelas da Maré.

Tanto na monografia, como na minha dissertação de mestrado, busquei na Maré respostas para perguntas que formulava a partir da minha vivência como estudante no Fundão e realizadora de projetos socioambientais. Nesse processo de conhecer a Maré e estudar sobre o que se tem produzido nesse território, na academia e em outras narrativas, foi possível perceber a potência do discurso da favela como parte da cidade e detentora dos seus direitos. Diversos grupos, em suas atuações em favelas e periferias, lutam há anos por direitos básicos sem serem atendidos, enquanto outras partes da cidade não sofrem com os mesmos problemas. Essa desigualdade se baseia, principalmente, na ideia de que a favela não faz parte da cidade, merecendo, portanto, investimentos públicos menores. A mídia, de seu lado, contribui corroborando ideais discriminatórios.

A Maré, que hoje é composta por dezesseis favelas, fez parte da construção da cidade do Rio de Janeiro; seu crescimento acompanhou o processo de metropolização transformando-a no 9º bairro com a maior população da cidade. Desde suas primeiras ocupações no Morro do Timbau, passando pelas palafitas, os conjuntos habitacionais, até chegar nessa dimensão grandiosa para a cidade, a luta dos moradores sempre esteve presente na organização comunitária para a conquista de direitos. Como um exemplo disso, trago aqui a trajetória da Chapa Rosa na gestão da Associação de Moradores de Nova Holanda (AMNH) que possibilitou mudanças estruturantes para esse território. Trazendo para o contexto atual, discorro sobre como essas mobilizações comunitárias se transformaram e atuam hoje na busca pelos direitos da favela.

A partir de um breve histórico de desenvolvimento da Maré busco articular uma análise desse microcosmo com a discussão teórica sobre a produção do espaço na Maré e a influência de movimentos sociais no campo da justiça ambiental. Separo esse artigo em três abordagens: a primeira discorre sobre a produção do espaço, o histórico de ocupação e os caminhos para metropolização; a segunda traz elementos da literatura sobre movimentos sociais e elementos da vivência dos movimentos da Maré, a terceira abordagem utiliza a justiça ambiental para aproximar esse entendimento sobre as transformações da Maré, a manutenção do racismo ambiental e possíveis ferramentas para o acesso aos direitos socioambientais.

2. Produção do espaço da Maré

Na cidade do Rio de Janeiro, a população residente em favelas vem crescendo de modo contínuo, sobretudo quando comparada à população total do município (14% em 1980, 16% em 1990, 19% em 2000, 22% em 2010; segundo as informações censitárias do IBGE). Na atualidade, 1,3 milhão de pessoas residem em 763 espaços populares identificados em diversos bairros da cidade (2010).

Na perspectiva de Lefebvre “Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade.” (1968, p.28). A cidade foi construída a partir de um padrão no qual a pobreza não é incluída e as formas de ocupação e de sobrevivência das classes marginalizadas possuem uma dinâmica própria, diferente de bairros onde sua população tem seus direitos atendidos.

Atualmente, o IBGE define as favelas, dentre outros territórios populares, como “aglomerados subnormais” (CENSO IBGE, 2010). Silva (2009) e Davidovich (2000), consideram que tal definição nos remete à visão homogeneizadora dos órgãos estatais envolvidos com o fenômeno da favelização ao longo da história e pressupostos sociocêntricos que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das ausências que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas.

O espaço possui múltiplas definições e nenhum de seus significados pode ser compreendido de forma isolada; quando associamos esse conceito ao processo de metropolização encontramos diversas possibilidades de abordagem e entendimentos sobre a questão urbana. Pensar a partir dessas possibilidades contribui para que a favela, ou especificamente o Complexo da Maré, não seja pensado de forma estigmatizante ou que suas diferenças e riquezas de realidades sejam reduzidas a um padrão de narrativa homogeneizador.

No momento atual, com o avanço do neoliberalismo, se faz ainda mais necessário compreender as desigualdades que sustentam e produzem essa lógica hierárquica e homogeneizadora do capitalismo contemporâneo. Levando em conta que a produção desigual do espaço da Maré é acirrada pela a metropolização do Rio de Janeiro, é preciso identificar como esse processo agrava a reprodução de injustiças sociais.

A ocupação da Maré se iniciou quando o poder público federal decidiu, em 1940, construir a variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. Essa via integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios e alargar a malha industrial da cidade. Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré pois, além de promover aterramentos e vias de acesso que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno. A Refinaria de Manguinhos (1954) também consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Também é digna de nota a simultânea construção da Cidade Universitária que viria abrigar a Universidade do Brasil – atual UFRJ – pois muitos dos operários que construíram o campus foram morar no Morro do Timbau.

Uma das riquezas da Maré é sua história e suas profundas transformações ambientais características da geografia da Maré. A região que

antes era caracterizada por ser um estuário, local onde diversas espécies marinhas se reproduzem, deu espaço para ocupação de palafitas e, posteriormente, aos aterros. Segundo Silva (2006), esse é um dos aspectos mais peculiares da Maré, cujo território, além de conquistado, passou por um processo de construção através de aterros realizados pelos próprios moradores. Assim, de forma lenta e contínua, os moradores começaram a desenvolver estratégias para produzir seu próprio chão a partir da possibilidade de aterrar o manguezal. Esse processo significava melhores condições de moradia, ainda que as reivindicações para que as promessas do Projeto Rio¹ fossem cumpridas permanecessem em pauta.

O conjunto de favelas da Maré está localizado entre as principais vias do Rio de Janeiro, a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela, à margem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e é hoje o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina. Diniz (2017) ainda ressalta duas fases de crescimento e expansão distintas da Maré, uma realizada pelos moradores a partir de seus próprios recursos, sem apoio do Estado ou do mercado, e outra realizada pelo próprio poder público, sobretudo nas décadas de 1960 até 1990.

Fazendo essa análise a partir do processo de ocupação da Maré podemos relacionar esses dois períodos com o surgimento das favelas: o início da consolidação do complexo, com os moradores se instalando pela primeira vez, na década de 1940, na Baixa do Sapateiro (1947), o Conjunto Marcílio Dias (1948), o Parque Maré (1953), o Parque Rubens Vaz (1954), o Parque União (1961) e a Praia de Ramos (1962).

Quando o governo da ditadura militar anuncia a construção de conjuntos habitacionais para transferir as famílias das favelas da cidade, surge Nova Holanda (1962) e depois os seguintes conjuntos habitacionais: Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000). Essas comunidades foram construídas em áreas aterradas de manguezal para abrigar famílias removidas de áreas de risco (encostas de morros, margens inundáveis de rios etc.), moradores de rua e famílias que ainda moravam em palafitas na Maré, especificamente na favela Roquete Pinto.

A Maré passou a ser designada oficialmente como “bairro Maré” em 1994, sob a prefeitura de César Maia. Essa formalização feita de fora para dentro gerou um estranhamento por parte dos moradores que não reconheciam esse território como um único “bairro”, pois cada comunidade que constitui o complexo da Maré foi construída por processos históricos distintos que marcaram a sua identidade local (SILVA, 2010). Esse histórico de atuação do governo nos leva a pensar nas formas de gestão territorial que se dão e os interesses que orientam essas decisões.

A população da cidade do Rio de Janeiro cresceu 8% entre 2000 e 2010, sendo que a variação da população em favelas foi de 19%, enquanto a da não favelada, de apenas 5%. A população da favela cresceu em um ritmo quase quatro vezes maior que o restante da cidade. A Maré representa quase 10% da população residente em favelas no município do Rio. Além disso representa quase mais de 20% de todos os residentes em favelas na área de

¹Projeto Rio foi uma intervenção do Governo Federal, que tinha por objetivo urbanizar as favelas situadas ao longo da Avenida Brasil, priorizando as do Complexo da Maré (Parque União, Parque Rubens Vaz, Parque Maré, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau), removendo os moradores das palafitas para os Conjuntos Habitacionais que estavam sendo construídos naquela mesma área.

planejamento em que está localizada, a AP3, que fica na zona norte (Redes da Maré, 2019) Segundo dados do Censo da Maré, mudando a escala geográfica de análise, a Maré, caso fosse um município, seria o 21º mais populoso do Estado do Rio de Janeiro dentre os 92 municípios. Na Região Metropolitana, seria o 12º entre 21, e em escala nacional, é mais populosa do que 96% dos municípios brasileiros.

A metropolização do espaço é responsável por transformar as dinâmicas espaciais urbano-metropolitanas em todas as escalas territoriais. Brenner(2013), aborda as escalas como resultados “temporariamente estabilizados de diversos processos socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos” (p.209). São esses processos de escalonamento e reescalamento, em vez das escalas por si só, que devem ser o foco de análise para abordagens sobre a questão da escala. O espaço nunca é uma realidade fixa, estática ou pré-estabelecida, já que está sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo, por isso a necessidade de se debruçar sobre os processos de reescalamento. Esses processos de reescalamento redefinem as conformações socioespaciais e reajustam as geografias e coreografias das relações de poder. O escalonamento e reescalamento dos processos sociais são mediadores e mediados por relações de poder social profundamente assimétricas e conflituosas. A reorganização das hierarquias escalares criam geografias de inclusão/exclusão e dominação/subordinação que conferem poder a alguns atores, alianças e organizações em detrimento de outros, de acordo com critérios como classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade.

Sendo assim, para pensar a produção do espaço da Maré é importante entender que esses projetos de intervenção urbana discriminatórios e autoritários também provocaram forte resistência dos moradores que desde o início da sua instalação já lutavam pelos seus direitos. A organização coletiva dos moradores foi decisiva para evitar remoções por parte do Estado e, ao mesmo tempo, garantir um mínimo de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades. Sendo assim, a atual configuração da Maré é produto da ocupação de famílias de trabalhadores sem condições de adquirir a habitação no mercado formal e de programas de moradia Estado para populações de baixa renda. A luta por direitos básicos, como o direito à água e ao esgotamento sanitário, tem história e até hoje reverbera nas mobilizações que produzem esse espaço tão diverso como a Maré, como veremos a seguir.

Movimentos sociais e o caso da Chapa Rosa

Melucci (1989) define movimento social como uma forma de ação coletiva que traz elementos baseados na solidariedade, que desenvolve um conflito e que rompe os limites do sistema em que ocorre a ação. O autor se refere a essas escalas como formas de identificar a diferença entre os movimentos sociais e outros fenômenos coletivos que são, com muita frequência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Sendo assim, o que nós chamamos de movimento social é heterogêneo, já que contém uma pluralidade destes elementos que devemos buscar distinguir para compreender o resultado de uma dada ação coletiva.

Foi a partir do fim da década de 1960 que os movimentos sociais se multiplicaram, surgindo como uma novidade para o campo da sociologia.

Esses movimentos sociais começaram a contestar a ordem social e, a partir da década de 1970, se organizaram para participar da oposição a regimes autoritários tanto na América latina como também na Europa oriental. Durante a liberalização da década de 1980 esses movimentos se estruturaram com a ajuda de partidos políticos e sindicatos tradicionais, mas ainda assim incorporando lógicas apresentadas como “novas”. (Goirand, 2009)

Mesmo que ainda com menos estruturas, como os movimentos operários tradicionais, e não se apoiando exclusivamente nas relações de produção e de classe, esses novos movimentos contestavam também a ordem social existente com base em valores e reivindicações não materiais. Tais valores, como a identidade, os direitos humanos, o reconhecimento social, o respeito do indivíduo e a participação popular na tomada de decisões são características essenciais desses movimentos. As reivindicações materiais, como por exemplo a questão salarial, passam a dar espaço para mobilizações que contribuíram para politizar a vida cotidiana e dar legitimidade às demandas. Conforme destaca Goirand (2009, p.334):

“Girando em torno de questões ligadas, por exemplo, à proteção do meio ambiente, ao gênero, às relações sexuais ou à moralidade, essas demandas remetem às questões diretamente políticas das liberdades de expressão e associação, do reconhecimento dos direitos sociais e da luta contra as discriminações.”

Foi nesse contexto que a história da Chapa Rosa começou. Conforme Carvalho (2006), a Chapa Rosa foi um dos processo de mobilização popular que ocorria em Nova Holanda, desde o final dos anos de 1970 e tinha como objetivo a conquista de equipamentos urbanos básicos, como a canalização de redes de água potável, esgoto sanitário e de energia elétrica. Contudo, a partir dos anos 1980 as demandas foram ampliadas envolvendo a luta pela gestão da Associação de Moradores que passou a ser a principal bandeira a ser buscada.

A Associação de Moradores existe desde o início da década de 1980, por imposição do Projeto Rio, e não representava os interesses dos moradores. A Fundação Leão XIII funcionava como a administradora de Nova Holanda e interveio no processo de construção da associação de moradores, determinando que a direção fosse composta por integrantes vinculados à instituição sem possibilidade de eleição direta.

Nessa época já havia mobilizações de alguns moradores que se organizavam, seja no Grupo de Mulheres ou no Posto de Saúde Comunitária, através dos agentes comunitários de saúde e educação, e surgiam cada vez mais moradores que se juntavam ao grupo, ampliando e fortalecendo a mobilização. O objetivo então era a conquista de uma associação de moradores que fosse representativa dos interesses da comunidade. MELUCCI (1989) também coloca que sua definição de movimentos sociais inclui, além das organizações "formais", a rede de relações "informais" que conectam indivíduos e grupos a alguma forma de participação. Conforme o autor, o surgimento destes novos conceitos aponta que os movimentos sociais estão mudando suas formas de se organizar e adquirindo autonomia frente aos sistemas políticos.

Carvalho (2006) relata que, com a vitória da Chapa Rosa, Nova Holanda passa por um período de grandes mudanças estruturais que contribuíram para a produção daquele espaço. Esse primeiro momento marca

uma ruptura com o poder de tutela da Fundação Leão XIII que há 22 anos regulava as ações e o cotidiano da Nova Holanda. Essa ruptura se dá a partir do momento em que os moradores escolheram em eleição se permaneciam ou não sob tutela do órgão, essa escolha representou também uma ruptura definitiva com o “fantasma da remoção”.

Analisando a mudança introduzida pelos movimentos “de base”, Goirand (2009) ressalta a contribuição não só em termos políticos, mas socioculturais, já que as articulações no espaço das sociedades civis e sua autonomia frente aos poderes políticos foi compreendida como consequência de uma afirmação identitária, assim como de uma capacidade de trazer soluções e novas formas relações sociais na vida cotidiana.

Há dois aspectos marcantes quanto à organização da Chapa Rosa: formação de uma Assembléia Geral para definir as prioridades do trabalho e eleger os membros que comporiam a diretoria, e a formação do conselho de representantes de rua. Esses representantes tinham um papel fundamental pois era através deles que as notícias sobre a associação e as demandas para a comunidade surgiam.

Quanto ao padrão organizacional dos movimentos contemporâneos, Melucci (1989) destaca que não é um fator especificamente “instrumental” para seus objetivos. Como a ação está orientada pelos códigos culturais, a forma do movimento em si é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Esses movimentos proporcionam às pessoas possibilidades outras, oportunidades de experimentar o tempo, o espaço, e as relações interpessoais, se opondo à racionalidade operacional dos aparatos do sistema.

A partir das entrevistas realizadas por Carvalho (2009) foi possível identificar que dentre os muitos fatores que contribuíram para a organização dos moradores, a atuação na luta pela água iniciada pelo Grupo de Mulheres foi fundamental para o movimento associativo. Há relatos de entrevistados que identificam o movimento pela água através da Associação como “um elemento de agregação, de elaboração e de ascensão a uma condição cidadã” (p.56).

A favela Nova Holanda é uma das tantas favelas cariocas construídas a partir de uma política de remoção de favelas da zona sul da cidade para conjuntos habitacionais. Inicialmente, o objetivo de Nova Holanda era ser um Centro de Habitação Provisória (CHP) onde as pessoas residiam temporariamente até serem encaminhadas para moradias definitivas. Entretanto, essa transferência nunca ocorreu e a configuração espacial de Nova Holanda se realizou a partir desse contexto. O abastecimento de água, previsto no início desse processo de remoção passou a ser um problema, pois as favelas do entorno faziam ligações clandestinas nos canos, com isso a água não tinha força para chegar até a Nova Holanda. Assim, era necessário buscar água do outro lado da Avenida Brasil, que naquela época não tinha passarelas, no chamado “rola-rola”, instrumento para rolar um barril de água pela rua. .

Carvalho (2009) evidencia que a questão do saneamento básico sempre foi um problema para os moradores de Nova Holanda. A falta de manutenção e o crescimento de Nova Holanda levaram à deterioração completa das redes de água e esgoto. Diante desse quadro, os diretores da associação articularam com os diretores das outras associações da Maré e juntos reivindicaram pelas obras que deveriam ser realizadas no período do Projeto Rio, mas que não saíram do papel. As reivindicações foram encaminhadas e posteriormente foi criado um programa para a retomada das obras de urbanização em toda aquela área já prevista no Projeto Rio. Ao iniciar as obras, a CEDAE inaugurou um núcleo de atendimento para a área da Maré em Nova Holanda e aterrou o

valão que dividia a favela para a construção de uma praça, que hoje é um dos poucos espaços de lazer.

Além das conquistas muito importantes para a consolidação da Maré, e tentando trazer a luta pelo saneamento para os dias de hoje, é importante destacar que o esgoto da Maré ainda não é tratado. O PDBG, assinado em 1991, previa a ligação do sistema de esgotamento da Maré com a Estação Alegria. Essa obra seria parte do Sistema Alegria, cujos componentes eram: Estação de Tratamento de Esgotos da Alegria, Troncos Coletores da Alegria, Tronco Coletor Faria Timbó, Tronco Coletor Manguinhos, Galeria de Cintura da Maré, Tronco Coletor Cidade Nova e Sub-sistemas complementares.

Porém, parte da verba do Sistema Alegria foi suspensa e as obras pararam. Atualmente, a Estação ETE Alegria, que chegou a ser construída, opera com 15% a 20% de seu potencial, atendendo a, apenas, parte da Zona Norte, Centro e alguns bairros da Zona Sul.

Outro programa de despoluição da Baía de Guanabara, o PSAM (Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara), assinado em 2011, também previa a ligação da Maré com a Alegria. A Operação tomou a frente das prioridades da cidade, seguindo o fluxo dos grandes eventos do Rio de Janeiro. Entre as promessas também estava a de despoluição de 80% da Baía – algo que nunca aconteceu.

Até os dias atuais, as estações construídas e reformadas operam no estilo principiante, tratando um volume muito pequeno de esgoto. Tudo isso porque não foram construídos os chamados troncos coletores, uma tubulação que faz parte do sistema de coleta de esgoto e que recebe contribuições de redes coletoras, levando todo o volume para uma estação de tratamento e devolvendo a água tratada. O tronco coletor que levaria todo o esgoto da Maré para a Estação Alegria, assim como o esgoto de Manguinhos, Complexo do Alemão e Bonsucesso, nunca foi construído.

As injustiças ambientais afetam profundamente determinada parcela da população que vive em espaços favelados e periféricos, a ausência de políticas públicas elaboradas de forma participativa impossibilita pensar as particularidades desses territórios para mitigar as vulnerabilidades socioambientais presentes. É nesse sentido que incorporo a justiça ambiental nesse debate como uma linha necessária para compreender as transformações dos movimentos sociais no âmbito do acesso ao direito socioambiental.

2.2 Caminhos para a justiça Ambiental

Seguindo o momento de efervescência social, o movimento pela justiça ambiental se originou nos Estados Unidos a partir de meados dos anos 1980, estimulando o deslocamento do debate ambiental, com ênfase no “mundo selvagem” e na “eficiência”, para o âmbito da justiça social (ALIER, 2007), ou seja, denunciar a lógica socioterritorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos (ALSCERALD, 2010). No princípio dos anos 1990, a luta se converteu em movimento organizado contra o racismo ambiental e também se expandiu na África do Sul, Brasil e no resto do mundo.

Nas metrópoles brasileiras como o Rio de Janeiro, a população mais pobre tende a viver próxima a lixões, aterros sanitários, áreas inundáveis, plantas industriais, entre outros, configurando um quadro de injustiça ambiental. Os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. O recorte de raça que define essa distribuição

desigual também é uma importante ferramenta que o Racismo Ambiental nos provoca a refletir, já que as áreas de conflitos ambientais e zonas de vulnerabilidade socioambiental, em sua maioria, são habitados pela população negra e indígena (ALSCERALD, 2010)

Segundo Herculano (2008, p.16), “o racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”. Em suma, as políticas ambientais são elaboradas para a cidade como um todo, mas acabam atingindo de forma negativa uma parcela da população específica, preta e pobre.

Nesse percurso de busca pela justiça ambiental nas favelas fica evidente como o racismo ambiental é uma pauta recorrente nos debates, mas pouco articulada no âmbito teórico no que diz respeito à branquitude como ponto de partida. Entende-se a branquitude como um fenômeno sócio-histórico com efeitos no presente que corrobora para a desigualdade racial estrutural em todo o país. Para Sovik (2009), a branquitude é “atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual certa aparência é condição suficiente”. Pressupõe-se que as injustiças ambientais são consequência dessa estrutura social comandada por atributos raciais determinados e ao evidenciar essa relação é possível pensar em processos de tomadas de decisão e participação popular que abarque a diversidade identitária.

Incluir a questão étnico-racial no debate sobre as injustiças ambientais implica considerar os efeitos do racismo na produção de teorias e dados, no que diz respeito não apenas aos “múltiplos inferiorizados”, mas também à identificação dos privilégios e das relações de poder, abordando a ‘branquitude’ como problema. A questão não é lidar de forma binária e simplista com essa discussão, limitando-a à separação entre pretos e brancos, mas levar em conta a pluralidade de contextos e culturas (Porto et al, 2013).

Entende-se a branquitude como um sistema de poder fundado no contrato racial no qual as pessoas brancas são beneficiárias. Segundo Porto et al (2013), há evidências da prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade, nos meios de comunicação, nas organizações privadas e estatais, na política etc. A branquitude também pode ser entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam este lugar foram historicamente privilegiados quanto ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo. Portanto, para abordar a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder em que as desigualdades raciais se ancoram (SCHUCMAN, 2012).

A Síntese de Indicadores Sociais – SIS, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 2018, mostrou que, 54,7% dos domicílios que tinham acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo, eram residência de uma pessoa negra ou parda. Entre os domicílios em que a pessoa residente era branca, esse percentual sobe para 72,1%. Na publicação, o IBGE ressalta que em todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população negra ou parda é mais grave do que a enfrentada pela população branca.

Diante de todos esses impactos da precarização do saneamento na vida do morador da Maré, região essa habitada por uma população majoritariamente negra, as organizações Data_Labe, Redes de

Desenvolvimento da Maré e Casa Fluminense articularam dois encontros de Saneamento na Maré ao longo de 2019. O primeiro reuniu cerca de 60 pessoas entre moradores, organizações da sociedade civil, ativistas e especialistas num esforço de sistematizar demandas e soluções para quatro eixos centrais: abastecimento e manejo da água; esgotamento e Baía de Guanabara; lixo e segurança pública; saúde e bem estar. Essas demandas compuseram a Carta para o Saneamento Básico na Maré com o objetivo de tornar público o que foi discutido durante o encontro e impulsionar uma articulação cidadã centrada no tema do saneamento básico no território. No segundo encontro, foram apresentados dados da pesquisa do Instituto Pereira Passos para colaborar com o monitoramento dos problemas levantados. A seguir destacamos algumas soluções trazidas pelos moradores para essas questões que impactam a vida da população da Maré.

Em 2020 a Carta de Saneamento foi atualizada e enviada para candidatos à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como parte da agenda 2030 da Casa Fluminense. Outro encontro sobre saneamento também foi realizado, mas em formato remoto, com a presença de um promotor do ministério público e o gerente da Comlurb na Maré como uma forma de apresentar os pontos da carta e pensar possíveis articulações. Esse processo é uma das atividades de mobilização que as organizações Data_Labe e Redes da Maré, realizam para reivindicar que a justiça ambiental seja contemplada para esse território que muitas vezes é negligenciado pela atuação do poder público. No entanto existe um desafio de mobilizar os presidentes das associações de moradores da Maré nesse percurso. Essa dificuldade se dá por diversos motivos, em diferentes escalas, sobre as quais não cabe aqui dissertar, mas sem dúvida a transformação da atuação das associações de moradores nas favelas é um assunto que deve ser mais aprofundado.

No ano de 2021 houve mudanças na área da gestão do saneamento no Rio de Janeiro e a concessionária Rio Águas ganhou a concessão e desde o dia 1º de novembro assumiu a operação em 124 bairros da capital e 26 municípios fluminenses. A Cedae continua sendo a fornecedora da água distribuída pela nova concessionária. Nesse percurso de construção da carta de saneamento, a Cedae nunca esteve presente ou deu respostas para as questões apresentadas sobre a infraestrutura do saneamento da Maré. Em dezembro deste ano, moradores das regiões do Parque União, Nova Holanda e Rubens Vaz, do Conjunto de Favelas da Maré, ficaram sem água há mais de 20 dias. Tanto as associações de moradores, como as organizações da sociedade civil, foram responsáveis por denunciar esse descaso nos meios de comunicação e cobrar a companhia Águas do Rio pela retomada do abastecimento nessas localidades.

Muitas vezes a conscientização ambiental é associada a um privilégio de parte da sociedade que tem um maior poder aquisitivo. Alier (1998, p. 31) nos chama atenção para os movimentos que sempre buscam outra percepção ecológica:

[...] a história está repleta de movimentos ecológicos dos pobres, ou seja, de conflitos sociais com conteúdo ecológico cujos atores tinham uma percepção ecológica. A palavra 'ecologia' não se refere aos luxos estéticos da vida, mas ao fluxo de energia e materiais, [...] por tanto, resulta absurdo pensar que a consciência ecológica é uma novidade nascida nos círculos ricos dos países ricos.

Isso sugere que há uma relação direta entre as percepções ecológicas e a classe social do sujeito que percebe esse ambiente. O fato de haver menos recursos e direitos obriga aquele contexto a produzir conhecimentos e saberes que produzam soluções, reinvenções nesse espaço que tem um fluxo de energia e materiais específicos. A dimensão ambiental sob esse viés nos estimula a pensar as transformações ambientais como algo para além das definições de "preservação da natureza", situando-se mais próxima da consciência de um coletivo de necessidades e possibilidades de luta. É importante destacar que o ecologismo popular não tem por obstáculo qualquer falta de conhecimento, ao contrário, os saberes sobre o manejo dos recursos e aqueles construídos em lutas dos movimentos sociais são saberes fundamentais para o entendimento sobre a questão ambiental como um direito (ALIER, 1998).

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais. Essas lutas são espaços de ação e empoderamento que devem ser valorizados como parte da prática em busca de uma sociedade justa e saudável.

Considerações finais

Em termos metodológicos, Goirand (2009) traz a importância de olhar para essas mobilizações sem se limitar à avaliação do impacto, da contribuição ou do sentido da contestação, e utilizar outros instrumentos conceituais e metodológicos da sociologia da ação coletiva. Isso quer dizer não só identificar os recursos e estratégias mobilizadas pelos autores, observar as práticas, analisar as lógicas das organizações, como também olhar na direção da trajetória dos militantes e do espaço produzido pelas mobilizações. Segundo a autora, essas perspectivas são fundamentais para renovar a abordagem dos movimentos sociais da América Latina.

Nesse sentido, é necessário pensar um planejamento urbano alternativo, que tenha a participação popular e melhor distribuição de investimentos públicos para que haja uma gestão mais democrática e mais justa socialmente. No âmbito da epistemologia da produção do espaço, o espaço concebido e o espaço vivido são as escalas relacionadas com essas novas formas de autogestão territorial, isto é, ligadas à vida no lugar. Tal perspectiva coloca em pauta que o objetivo de assegurar o direito à cidade para diferentes segmentos da população não pode ficar restrito a um projeto único já que deve envolver a ação múltipla e consciente da sociedade.

A produção do espaço da Maré, como microcosmo do processo de metropolização do Rio de Janeiro, pode contribuir no entendimento sobre a reprodução das desigualdades sociais e o acesso aos direitos constitucionais ambientais. Além disso, a luta por justiça ambiental nas favelas pode ajudar a construir propostas fundamentais para pensar o planejamento urbano em relação aos serviços ambientais e o saneamento ambiental pode ser um caminho potente para a redução das desigualdades. Não só a história de construção da Maré e a longa trajetória de luta pelo saneamento, como também a crise climática, a tentativa de privatização da Cedae, a pandemia, são camadas que atravessam até hoje a ação desses movimentos.

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, H. “**As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**”, in: Conflitos ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

_____. **Justiça ambiental e cidadania**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b, p.23-39.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. 3. ed. Blumenau: Furb, 1998.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

BRENNER, N. (2013). **REESTRUTURAÇÃO, REESCALONAMENTO E A QUESTÃO URBANA**. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), (33), 198-220. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74311>

CARVALHO, Monique Batista. **Uma Maré de Lutas: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda** – Rio de Janeiro. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subno
r

REDES DA MARÉ (Rio de Janeiro) (ed.). **Censo Populacional da Maré**. [S. l.], 2019. Disponível em:
https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

DAVIDOVICH, F. (2000) **Um repensar da favela: tendências e questões**. Cadernos Metrôpoles, nº 4. São Paulo: Ed. EDUC.

DAVIDOVICH, F. (2001). **Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro**. Encuentro de Geógrafos de América Latina, 8. Anais... Santiago, pp. 499—505 (1 CD-ROM). Também em Cadernos Metrôpole, n.º 6, 67-77.

DINIZ, E. N. J. (2017) **A relação escola-família-vizinhança na favela da Maré e o Programa Escolas do Amanhã/Bairro Educador** / Edson Diniz Nóbrega

Junior ; orientadora: Alicia Maria Catalano de Bonamino; co-orientador: Burgos, Marcelo Tadeu Baumann.

GOIRAND, CAMILLE. **Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abr. 2008

IBGE (Rio de Janeiro) (ed.). **Indicadores sociais 2018 :: tabulações especiais sobre as condições de vida da população brasileira** : notas técnicas. In: IBGE (Rio de Janeiro) (ed.). Indicadores sociais 2018 : tabulações especiais sobre as condições de vida da população brasileira : notas técnicas. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101716>. Acesso em: 6 out. 2022

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 1991. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

MELUCCI, ALBERTO. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Print version ISSN 0102-6445 - Lua Nova no.17 São Paulo June 1989

PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415764>

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo** 2012

SILVA, E. S. . O território da Maré. In: Andréia Martins de Oliveira Santo; Eliana Sousa Silva; Eblin Joseph Farage. (Org.). **A articulação de temas essenciais à educação pública na Maré: segurança pública, desempenho escolar e mobilização social**. 1ed.Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2010, v. 1, p. 17-27.

SILVA, E. S. **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas** / Eliana Sousa Silva ; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca. – 2009

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2009.